

BOLETIM CORONAVÍRUS • 02/06

Atualizações diárias da situação nacional sobre o novo coronavírus (Sars-Cov-2)

O Brasil alcançou hoje a marca de 555.383 casos confirmados de COVID-19 no Brasil e 31.199 óbitos registrados. Desde o primeiro óbito, o País levou 79 dias para chegar a esse patamar e com a curva de contaminação em ascensão, Estados adotam planos de reabertura da economia. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou que a curva de contaminação do novo vírus segue em crescimento acentuado nas Américas e que ainda é cedo para descontinuar as medidas de isolamento social na região.

Em meio ao avanço da pandemia no Brasil, fatos políticos continuam a concorrer com as notícias relativas ao novo coronavírus. Hoje, o Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou o pedido de apreensão do celular do Presidente Jair Bolsonaro; do ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro; do ex-diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo; da Deputada Federal Carla Zambelli (PSL/SP); e do vereador do Município do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro (Republicanos). De acordo com o Ministro, cabe ao Ministério Público, e não a partidos políticos, solicitar diligências em um processo judicial. O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, já havia se manifestado pelo indeferimento do pedido. Em sua decisão, Celso de Mello destacou ser crime o descumprimento de ordem judicial. Bolsonaro havia dito que se recusaria a entregar seu celular, caso fosse essa a decisão do decano do STF.

O presidente Jair Bolsonaro classificou de "tentativa de intimidação" a publicação de dados pessoais dele, de membros de sua família, membros do Governo e apoiadores, em contas de redes sociais, por hackers, ontem (01/06). A ação, reivindicada pelo grupo Anonymous, expôs informações como CPF, números de telefone e informações financeiras. Em resposta, o Ministro da Justiça, André Mendonça, anunciou que solicitou à Polícia Federal a abertura de inquérito para averiguar o vazamento.

Hoje, o Ministério Público Federal (MPF) determinou a abertura de um inquérito civil público para apurar a aplicação de recursos públicos, por parte do Governo, no combate à pandemia. Segundo informações prévias obtidas pelos procuradores, do montante de R\$ 11,74 bilhões disponibilizados para execução direta, pelo Ministério da Saúde, somente R\$ 2,59 bilhões haviam sido empenhados e apenas R\$ 804,68 milhões teriam sido efetivamente pagos até 27 de maio. Isso significa que, até a data verificada pelo MPF, apenas 6,8% dos recursos disponíveis haviam sido gastos.

No que diz respeito ao avanço da pandemia no exterior, importa assinalar que a Índia ultrapassou a marca de 8.000 novos casos por coronavírus pelo terceiro dia consecutivo e se aproxima de 200.000 contágios. O país que começa a aumentar algumas das restrições impostas com o confinamento iniciado em março. Hoje, o governo indiano a o uso emergencial do remdesivir. A decisão da Índia segue outros países, como Estados Unidos e Japão, que também aprovaram o uso do medicamento.

Já a França segue o processo de reabertura, com a retomada das atividades, a partir de hoje, de bares e restaurantes.

Por fim, é válido mencionar que a cidade chinesa de Wuhan, onde foram registrados os primeiros casos da pandemia de covid-19, realizou quase 10 milhões de testes em 15 dias, segundo informaram autoridades locais. De acordo com a Comissão Municipal de Saúde de Wuhan, entre 14 de maio e 1º de junho, mais de 9,89 milhões de testes foram realizados como parte de uma campanha de detecção precoce iniciada após um pequeno surto colocar as autoridades em alerta.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CRÉDITO Foi publicada a Medida Provisória (MPV) 975/2020 ([link](#)), que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e faz alterações em duas leis na tentativa de destravar o crédito para as pequenas e médias empresas do País durante a pandemia do novo coronavírus.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CASOS Até o momento, o Ministério da Saúde registrou **555.383 casos confirmados** de COVID-19 no Brasil. Há **31.199 óbitos** registrados, o que representa uma taxa de letalidade de 5,6%.

REPATRIAÇÃO DE TRIPULANTES A Anvisa publicou Nota Informativa ([link](#)) sobre procedimentos para desembarque de tripulantes de navios e embarcações para retorno aéreo ao seu país de origem, nos casos relacionados a questões operacionais ou término do contrato de trabalho.

PLANOS DE SAÚDE A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu manter até o dia 09/06 ([link](#)) a alteração dos prazos máximos de atendimento de consultas, exames, terapias e cirurgias que não sejam urgentes.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

AUXÍLIO EMERGENCIAL A EMPRESAS O Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançam o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito ([link](#)), com o objetivo de facilitar, durante o período de calamidade, o acesso de pequenas e médias empresas (PMEs) a novos empréstimos.

DIVIDENDOS O Banco Central do Brasil publicou Resolução ([link](#)) que prorroga até o final do ano a vedação a instituições financeiras de distribuir dividendos (parcela do lucro destinada aos acionistas) além do mínimo obrigatório até o fim do ano.

PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO EXTERNA Hoje a Comissão Externa da Câmara dos Deputados que discute Ações contra o Coronavírus realizou duas reuniões para discutir debater os temas “A Atenção Básica e os Agentes Comunitários de Saúde na Covid-19” e “A Saúde Mental na Pandemia do Covid-19”.

MEDICAMENTOS O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei 1542/2020, do Senador Eduardo Braga (MDB/AM), que trata da suspensão do ajuste anual dos preços de medicamentos e dos planos e seguros privados de assistência à saúde. A matéria seguiu para análise da Câmara dos Deputados.

AUXÍLIO EMERGENCIAL A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2508/2020, da deputada Fernanda Melchionna (Psol/RS), que estabelece prioridade de recebimento do auxílio emergencial pela mulher de família uniparental (chefe de família) quando o pai também informa ser o responsável pelos dependentes. A matéria será enviada ao Senado.